

Associação de Classe dos Operários Rurais do Pinhal Novo



MINISTÉRIO DO TRABALHO

Instituto

de Seguros Sociais Obrigatórios e de

Previdência Geral

Direcção da Mutualidade Livre e das

Associações Profissionais



Denominação: *Associação de Classe dos Operários
Rurais do Pinhal Novo, (Concelho de Setúbal.)*

Processo n.º *1085* Caixa n.º

DOCUMENTOS RELATIVOS À APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS

Entrada L.º *2.º* N.º *430*

Alvará de *28* de *Janu* de 19*23*

Registo a fl. *94* do L.º *6*

Diário do Governo, 2.ª série, n.º *22* de *26* de *Janu* de 19*23*

Arguido



INSTITUTO DE SEGUROS SOCIAIS
DEPOSIÇÃO-MUTUALIDADE LIVRE

ENTRADA
28 JUN 1922

Lº 2: Nº 456 Procº

Exmo Sr. Ministro do Trabalho e
Providência Social.

Os signatários membros da Comissão Organizadora da Associação de Classe dos Operários Rurais de Pinhal Novo e arredores, requerem muito respeitosamente de V.ª a aprovação dos estatutos regulamentares desta Associação.

Nos termos da lei de 9 de Maio de 1891.

Esperamos que V.ª se digne

Deferir
Pinhal Novo em 26 de Fevereiro de 1922

A Comissão
Vitalino da Silva Carvalho
Francisco Tratas
Esmail Moco
Joaquim da Silva Triz
José Miguel da Conceição
Manuel Carmo
José Filipeiro (Pulga)
Augusto da Silva

Manuel de Cruz Bracoforte
Miguel Pereira Sousa
Manuel Martins Gouveia
Manuel da Cruz Bracoforte 2.
Adelino da Cunha Cardoso
Olimpio Vitorino dos Santos
Margarido Sergio
José dos Santos Anastasio
Manuel Fulgencio Vth
Manuel Gaspara Caçate
Joaquim e Maria Braga
Manuel Jorge de Oliveira
Alfredo Justino da Silva

Alfredo J. da Silva



Capítulo I Natureza e fins da Associação

Artigo 1.º - Nos termos do decreto de 9 de Maio de 1914 é organizada em Pinhal Novo onde terá sua sede, uma associação de operários rurais que se denominará, Associação de Classe dos Operários Rurais de Pinhal Novo e arredores.

Art. 2.º - Poderão pertencer a esta Associação todos os operários rurais de ambos os sexos e de qualquer nacionalidade residentes no concelho de Setúbal.

Art. 3.º - A Associação tem por fins:

1.º - O estudo e defesa dos interesses económicos, sociais, profissionais e comuns dos seus associados em especial e em geral da classe que a Associação representa.

2.º - Estabelecer uma ou mais sedes, bibliotecas e gabinete de leitura.

3.º - Realizar conferências ou palestras educativas sobre todos os assuntos de ordem profissional, científica, sociológica e filosófica.

4.º - Editar um jornal, brochuras ou manifestos cujo conteúdo esteja em conformidade com os fins da Associação.

Art. 4.º - Para o bom funcionamento da Associação e facilitar a agremiação e descentralizar o serviço de cobrança e administração, poderá criar uma ou mais secções profissionais nos pontos afastados da respectiva sede social, mas dentro do mesmo concelho e subordinada inteiramente à



Associação

Capitulo II Nos socios

Art. 5.º — Todo o individuo, maior, segundo a lei civil, seja qual for o seu sexo ou naturalidade, e os menores com a autorização de seus pais ou tutores, que mediante salário, exercea a profissão de operário rural, pode fazer parte desta Associação desde que como tal se proponha.

§ 1.º — A proposta deve ser assinada por qualquer sócio no gozo dos seus direitos, e tratando-se de menores tem que ser acompanhada de autorização de seus pais ou tutores.

§ 2.º — No caso de a direcção se recusar a admitir o novo socio, o proponente poderá recorrer para uma assembleia geral, desde que a requeira para aquelle fim, acompanhado de mais quatro socios, no gozo dos seus direitos associativos, sendo-lhe prometido fazer a defesa do socio proposto.

Capitulo III Direitos e deveres dos socios

Art. 6.º — Todo o socio tem por dever:

- 1.º — Assistir a todas as assembleias e tomar parte nos seus trabalhos.
- 2.º — Respeitar e cumprir as disposições dos estatutos e regulamentos da Associação e bem assim as resoluções da Assembleia Geral quando legais.

3.º - Pagar a cota semanal de 15 centavos.

4.º - Servir gratuitamente os cargos para que for nomeada ou eleito.

5.º - Dirigir aos corpos gerentes e à mesa da Assembleia Geral, todas as informações ou indicações úteis de que tiver conhecimento.

6.º - Promover, por todos os meios, ao seu alcance, os melhoramentos, desenvolvimento e bom crédito da Associação.

Art. 7.º - Todos os sócios em dia com o seu pagamento têm direito a:

1.º - Votar e ser votado para os cargos da Associação desde que não esteja nas circunstâncias da alínea d do Art. 9.º e guardada a excepção do parágrafo único do art.º 7.º da lei de 9 de Maio de 1891 e a disposição do art.º 22.º destes estatutos.

2.º - Apresentar e discutir o que julgar útil e necessário para a Associação e para o bem da classe.

3.º - Fiscalizar os corpos gerentes por meio de exame da iscritta e mais documentos da Associação.

4.º - Reclamar a intervenção da Associação em todas as questões de trabalho ou que se relacionem com as prescrições aqui estatuídas.

5.º - Requerer a convocação extraordinária a Assembleia Geral, para determinado objecto, por meio de declaração, assinada por ele e mais quatro sócios pelo menos.

Alfredo Justino da Silva



Art. 8.º — São dispensados do pagamento de cota os sócios em quanto doentes, falta de trabalho ou cumpriundo prisão, ou serviço militar.

Art. 9.º — Todo o sócio fica sujeito a ser excluído da Associação no caso de:

- a) Destruir ou extraviar objectos de qualquer Associação;
- b) Promover desordens ou tumultos dentro da Associação;
- c) Receber ou pretender receber, legitimamente quaisquer quantias ou valores da Associação;
- d) Dever mais de seis cotas sem motivo justificado.

Único — A exclusão será ordenada pela Assembleia Geral, em vista da exposição motivada e apresentada pela Direcção, tendo esta nos quatro primeiros casos ouvido previamente o interessado.

Capítulo IV.

Da Assembleia Geral

Art. 10.º — É na Assembleia Geral que reside a soberania da Associação, competindo-lhe superintender e providenciar sobre a administração da colectividade, interpretar os seus estatutos e regulamentos, eleger a mesa e corpos gerentes, nomear a comissão revisora de contas, ou quaisquer outras comissões, apreciar os actos da Direcção, das comissões ou delegados das comissões de que foram investidos.

Art. 11.º — A Assembleia julgar-se há legalmente constituída

da quando passada uma hora depois da sua convocação estejam reunidos vinte e um sócios no pleno gozo dos seus direitos associativos.

Art. 12.º - A mesa da Assembleia Geral, compõe-se d'um presidente, nomeado em cada sessão, d'um primeiro e segundo secretários, eleitos por um ano, competindo ao presidente o bom andamento dos trabalhos da Assembleia. Ao primeiro secretário compete dar andamento a todo o expediente que diga respeito à Assembleia, ao segundo secretário, redigir as actas da Assembleia e fazer a leitura das mesmas.

Art. 13.º - Haverá assembleias ordinárias e extraordinárias.

§ 1.º - As Assembleias ordinárias terão lugar no fim de cada trimestre para a apresentação de contas e nomeação da comissão revisora das mesmas que apresentará o seu parecer na Assembleia seguinte, e no mês de Janeiro para eleição dos corpos gerentes.

§ 2.º - As Assembleias extraordinárias terão lugar quando os corpos gerentes ou os sócios nas condições estabelecidas nestes estatutos, requererem a sua convocação ou ainda quando se julgarem necessárias para assuntos urgentes.

Art. 14.º - As eleições serão feitas por escrutínio secreto, por votação nominal, ou de outro modo em uso, segundo for resolvido na respectiva Assembleia.



Capítulo V. Dos corpos gerentes

Art. 15.º — Os corpos gerentes são representados por uma direcção, que servirá durante um ano e será composta de cinco membros, sendo um secretário geral, um secretário administrativo, um tesoureiro e dois vogais, eleitos pela Assembleia Geral e sempre revogáveis.

Art. 16.º — A direcção compete geralmente a administração económica da Associação e a execução das decisões da Assembleia Geral e especialmente incumbem-lhe:

- a) Resolver sobre as propostas para a admissão de sócios;
- b) Manter todos os direitos e garantias dos sócios;
- c) Apresentar à Assembleia Geral o balanço de contas ao fim de cada trimestre e formular o relatório da sua gerência terminando que seja o ano civil;
- d) Formular, terminado que seja cada trimestre, o relatório e contas da sua gerência e apresentá-los à Assembleia Geral;
- e) Pedir à mesa da Assembleia Geral a convocação extra-ordinária desta, sempre que a decisão de algum negócio urgente assim o exija;
- f) Patentiar a qualquer sócio no gozo dos seus direitos, para a fiscalização e exame, todos os livros e documentos da sua gerência, mas só nas ocasiões determinadas

pela Assembleia Geral.

Art. 17.º - A Direção reunir-se há ordinariamente, uma vez por semana, extraordinariamente sempre que assim o entender, sendo solidariamente responsável por todos os seus atos e valores pertencentes à Associação.

Art. 18.º - O tesoureiro é responsável pelos fundos da Associação em seu poder.

Capítulo VI Dissolução e Liquidação

Art. 19.º - A Associação dissolve-se há por deliberação da Assembleia Geral, reunida com a maioria dos sócios, quando não possa satisfazer os seus encargos ou cumprir os fins expressos nos presentes estatutos.

Art. 20.º - No caso de dissolução os haveres liquidados da Associação, serão entregues à Associação que a mesma Assembleia resolver.

Único. - Os corpos gerentes apresentarão a Assembleia Geral um inventário acompanhado de um balanço, relatório e contas da sua gerência final, e verificados e aprovados estes documentos a Assembleia nomeará dentre os sócios três liquidatários a quem entregara, pelo dito inventário e balanço todos os haveres e fundos da Associação, cessando nessa data o funcionamento da



mesma.

Art. 21.º - Aos liquidatarios compete-lhe representar a Associação, receber e pagar todas as dividas ocasionadas por ella, fazer venda e entrega de todos os haveres liquidados segundo as disposições do art. 20.º destes estatutos.

Capitulo VII

Disposições Gerais

Art. 22.º - Sendo-lhe interdita toda a discussão politica, a Associação não poderá aderir a qualquer partido ou organização politica, nem tomar parte em qualquer congresso dessa natureza, e uma vez, tambem que qual quer associado seja investido de um mandato politico não poderá exercer cargos da Associação.

Art. 23.º - Em todas as direcções devará fazer parte um membro da gerencia tranzata.

Art. 24.º - Estes estatutos só podem ser alterados por deliberação regular da Assembleia Geral, para esse effeito expressamente convocada, e as alterações só terão validade depois de haverem sido aprovadas pelo governo.

Unico. - A Assembleia de que trata este art.º não poderá funcionar senão com a maioria dos socios existentes.

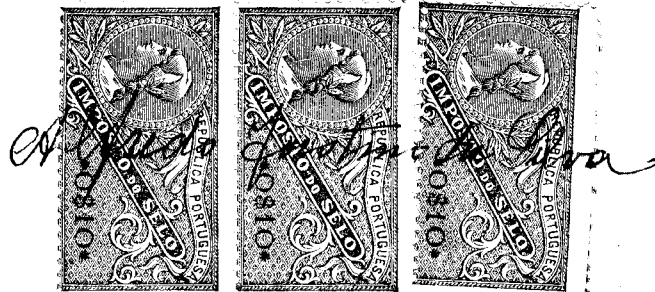
Art. 25.º - Haverá os necessários regulamentos que entrarião em execução oito dias depois de aprovados pela Assen

bleia Geral.

Art. 26.º - Em todos os casos omissoes seguir-se-hão as praxes associativas, procedendo-se sempre de harmonia com as disposições das leis que regem as Associações de classe.

Pinhal N.º 26 de Fevereiro de 1922
Dec. do Governo da Republica, em 2 de Outubro de 1922
Vasco Borge

A Comissão.
Titulino da Silva Carvalho
Francisco Pratas
Ismael Nogueira
Joaquim da Silva Fria
João Miguel da Conceição
Manuel Carmo
Joaquim Almeida Chaves
Augusto da Silva
Manuel da Cruz Braco Forte
Miguel Francisco Gomes
Manuel Martins Amoreira
Manuel da Cruz Braco Forte 2.º
Adelino da Cunha Cardoso
Olimpio Vitorino dos Santos
Joaquim e Sergio



José do Santos Anastácio
Manoel Eulgenis Neto
Manoel Gaspar Cerequete
Zequinella da Braga
Manoel Jorge de Oliveira
Alfredo Justino da Silva

4
Governo Civil
do
DISTRITO de LISBOA.

SECRETARIA

1ª Repartição

Nº 233

SERVIÇO DA REPUBLICA

Exmo. Snr. Director Geral do Ministério do Trabalho
e Previdencia Social.

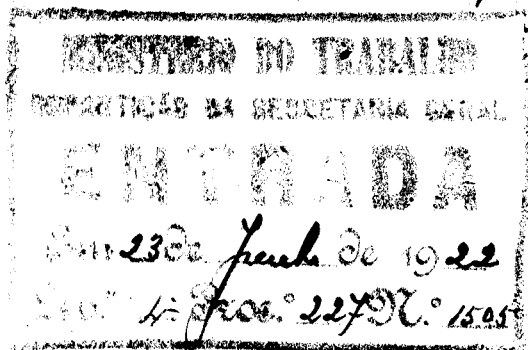
Tenho a honra de enviar a V.Exa. em duplicado o projecto dos estatutos da Associação de Classe dos Operarios Ruraes do Pinhal Novo, do Concelho de Setubal, afim de serem submetidos a aprovação superior, projecto êste que me foi remetido pelo respectivo administrador do concelho.

SAÚDE E FRATERNIDADE

Lisbôa, 22 de Junho de 1922.

O GOVERNADOR CIVIL

V. n. atf. ulum ar. f. aut. H.





N.º 336

Livro N.º

*Paga-se que na resposta se indi-
quem os numeros supra.*

Assunto

Parecer sobre a
aprovação dos es-
tatutos da Asso-
ciação de Classe
dos Operarios Ru-
rais de Pinhal
Novo e arredores.

Acompanhados d'um requerimento pedindo a aprovação, deram entrada, em duplicado, nesta Direcção os estatutos porque se pretende reger a Associação de Classe dos Operarios Rurais de Pinhal Novo e arredores.

Os estatutos estão redigidos em conformidade com as disposições do decreto de 9 de Maio de 1891, sendo porem indispensavel introduzir-lhe as seguintes emendas, para que possam merecer a aprovação:

1.ª.

Art.º 2.º.-No final escrever as palavras: residentes no concelho de Setubal.

2.ª.

Art.º 16.º-Falta uma das alíneas n'um dos exemplares que é necessario completar.

Este é o parecer da Direcção, V.Ex.ª. porem resolverá como julgar mais conveniente.

Direcção da Mutualidade Livre e Associações Profissionais
em 30 de Junho de 1922.

PELO DIRECTOR

Emmanuel Santos

Exm^o. Snr. Governador Civil de

L I S B O A

235-

Devolvo a V.Ex^a os estatutos da Associação de Classe dos Operarios Rurais de Pinhal Novo e arredores, rogando-lhe se digne faze-los chegar ás mãos dos interessados, afim de que lhes introduzam as emendas constantes da nota que vae junta.

Essas emendas devem ser feitas em ambos os exemplares sem razuras nem entrelinhas.

Os estatutos depois de devidamente rectificados, devem ser enviados a este Instituto, assim como selos fiscaes no valor de 4\$50 para serem colados no Alvará de aprovação.

Saúde e Fraternidade

Instituto de Seguros Sociais Obrigatorios e de Previdencia Geral, em 10 de Julho de 1922.

O Administrador Geral

Exm^o. Snr. Governador Civil de

L I S B O A

Tenho a honra de enviar a V.Exa. os estatutos e alvará que os aprova de Associação de Classe dos Operários Rurais de Pinhal Novo e Arredores, rogando se digno fazel-os chegar ás mãos dos inressados, cobrando deles, competente recibo.

Saude e Fraternidade

Instituto de Seguros Sociais Obrigatorios e de
Previdencia Geral, em 29 de Janeiro de 1923.

O ADMINISTRADOR GERAL

Delegação em Setúbal

(Inquerito referente ás extintas Associações de Classe)

Palmela

Concelho de

Associações de Classe dos Operarios Rurais da Pinhal Novo e Arredores

Em que data deixou de exercer a sua actividade ? Desconheço

Em que data foi legalmente encerrada ?

Quais os nomes e moradas dos individuos que constituíam a ultima Direcção ? Por informação sabe-se que fizeram parte da Direcção

Manuel Jesus da Silva alfaiate e morador em Pinhal Novo Francisco Freitas (falecido) e Asmael Moco trabalhador e morador no Lago da Falha da Freguezia do Pinhal Novo.

Possuia alguns bens (móveis, imóveis, dinheiro ou papéis de crédito) á data do seu encerramento ?

a) Em caso affirmativo indicar discriminadamente a natureza desses bens e o seu destino e paradeiro --

Como e quando teve lugar a dissolução ?

Onde tinha instalada a sede ?

Onde se encontram os livros e toda a documentação ?

Observações Há data da restauração deste Concelho ou seja em Novembro de 1926 já não existia esta associação que certamente por não ter vida se extinguiu. Os bens se os havia foram certamente divididos pelos camaradas.

Palmela

18 de Novembro de 1938

O Administrador do Concelho

José Augusto de Aguiar



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

INSTITUTO NACIONAL DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Secção da Organização Corporativa

Arquivo

23 JUN 1939

N.º

Assunto :

— P A R E C E R —

ff.

Informa o Administrador do Concelho de Palmela por intermédio do Sr. Delegado no Distrito de Setúbal que a "Associação de Classe dos Operários Rurais do Pinhal Novo e Arredores" já não existia em 1926 e os seus bens fôram certamente divididos pelos sócios.

Ora, os Estatutos no seu artº 20º dispõem que "no caso de dissolução os haveres líquidos da Associação serão entregues à Associação que a mesma Assembleia resolver" mas, como estamos em presença dum facto consumado, parece-me que o processo pode ser arquivado definitivamente.

V.Exª, porém, em seu elevado critério, decidirá.

Secção da Organização Corporativa, em 21 de Junho de 1939 /ANO XIV DA R.N.

O CHEFE DA SECÇÃO,

Mamãe Tavares

GP

J. Silva

ML

